

FerroFrente quer Polícia Ferroviária nos Portos

SEGURANÇA. Essa é a solução apontada pela Frente Nacional Pela Volta das Ferrovias para mais segurança no Porto de Santos e demais

FerroFrente quer Polícia Ferroviária

» Necessidade, urgente, da regulamentação da Polícia Ferroviária Federal. Essa é a solução apontada pela Frente Nacional Pela Volta das Ferrovias (FerroFrente) para garantir mais segurança no Porto de Santos e demais do País.

A FerroFrente é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2014, que tem como objetivo defender a volta dos trens de passageiros e a ampliação da malha ferroviária para o transporte de cargas no Brasil.

Segundo o presidente da entidade, o engenheiro José Manoel Ferreira Gonçalves, os ataques constantes aos trens que transportam soja para o Porto de Santos vêm provocando prejuízos financeiros e risco à vida de trabalhadores das concessionárias dos transportes ferroviário e os moradores próximos das ferrovias da Baixada Santista.

Conforme revela, "apesar que apenas 0,16% da malha ferroviária administrada pela Rumo ficar na região somente em janeiro aconteceram 45% dos crimes por

aquí (Santos)".

O presidente destaca que vem alertando há tempos sobre os riscos pelas ferrovias do País. Ele cita um projeto de lei no Senado Federal, "mas não há nenhuma articulação para que seja regulamentada a atividade importantíssima da polícia ferroviária".

O engenheiro garante que não há regulação a respeito do assunto. Uma polícia com um plano de carreira, com cargos de agentes e de inspetores. Não há uma ação firme no setor. As empresas terceirizadas de carga, que são as concessionárias, não têm verdadeiramente se preocupado com isso.

"É preciso organizar patrulhamentos preventivos, planejados com ação de inteligência de segurança, usar tecnologias para a redução não só das perdas e dos furtos, mas também para cuidar da imagem. A quem interessa invadir falxa de domínio? A quem interessa furtar carga na cada da noite? Isso não tem sentido"

Para o presidente, vigi-



Ataques aos trens vêm provocando prejuízos e risco à vida de trabalhadores do Porto santista

lante particular não pode fazer segurança pública. Então é preciso com urgência haver a regulação da atividade

que é fundamental para trazer segurança e paz a todos que utilizam nossas ferrovias", afirmou o engenheiro.

POLÍTICAS PÚBLICAS. José Manoel Gonçalves citou também a falta de políticas públicas para redução

de perdas e furtos, mas sobretudo uma política pública para preservação da vida das pessoas e da integridade do sistema.

Lembra que existem omissões graves da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). "É uma agência decorativa. Continua alheia a tudo. Cabe ao Senado Federal refazer a ANTT. Falta coragem, capacidade de comunicação e convencimento e ações integradas para solucionar os problemas".

Ele afirma que produtores, traders e as concessionárias precisam fazer o certo. "Em 2020, caíram pelas estradas mais de 1,5 milhão de toneladas de soja. Isso é pouco, mas é muito para quem passa fome. Também existe aí um bom volume de milho. Percentualmente é 1,2% da produção de soja e 1,3% do milho, sendo R\$ 3 bi e R\$ 1,5 bi respectivamente, são perdidos. É muito dinheiro, mas é pouco quando se pensa no valor imaterial, nas perdas humanas que pode representar", finaliza (DL)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3